
TEOLOGIA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

José Ramos-Regidor

Tradução de Roque Frangiotti, revisão de José Joaquim Sobral, 2ª edição, Paulus, São Paulo, 2006, 507 p. – ISBN 85-349-2540-2

O livro que passo a revisar foi publicado no começo dos anos Setenta. Sua tradução¹ demorou, mesmo assim vale a pena dispor do texto em português devido a sua permanente atualidade tanto na riqueza de informações, quanto na reflexão teológica e pastoral. Ele pode ser considerado um ponto de referência sempre atual, embora possa estar superado sob esse ou aquele aspecto. Depois da introdução seguem quatro partes, cada uma com alguns capítulos. Ao texto original foram acrescentados três apêndices.

A introdução fala da renovação do método teológico com interessantes observações em torno da historicidade da Igreja, das fórmulas dogmáticas e da teologia. Em consequência, é tarefa da teologia atual a formulação de uma nova linguagem, a elaboração de uma *teologia das hipóteses* frente a

uma *teologia das certezas* referente aos pontos verdadeiramente essenciais, a aceitação honesta da tensão entre teoria e práxis. Esse é o método que inspira o autor.

A primeira parte começa por reconhecer a crise presente e por descrever os princípios para uma renovação do sacramento da penitência. Entre as dificuldades existem algumas intrínsecas ao próprio sacramento e outras relativas ao momento atual. Também é da maior importância saber que no passado houve diversas formas de celebração da penitência e que novas formas poderão surgir no futuro.

Feitas essas observações, vêm três capítulos mais teológicos, embora relacionados com a problemática pastoral. Para começar, são abordadas algumas questões fundamentais: como crer e falar de Deus hoje, o mundo como lugar do encontro e do discurso sobre Deus, a presença do cristão no mundo segundo a dialética da fuga e do empenho, o caráter provisório e relativo de toda construção humana.

¹ As indicações referentes ao original do livro sobre a confissão usado para a tradução brasileira são: José Ramos-Regidor, *Il sacramento della penitenza*, Editrice Elleedici, Torino, 1985.

Em seguida, aparecem questões próprias ao sacramento da penitência e um conjunto de temas ligados mais diretamente à antropologia teológica: o pecado como ação humana, a opção fundamental, sua explicitação, afirmação, aprofundamento, prolongamento ou negação e conseqüente mudança, a recusa a Deus e a recusa aos outros, o pecado e suas dimensões social e eclesial, a distinção entre pecado venial e pecado mortal, o pecador no pecado do mundo. É à luz de Cristo e do evento pascal que se deve olhar o pecado, recanto de sombra no esplendor definitivo da Luz.

A segunda parte contém a fundamentação bíblica. Começa com uma rápida apresentação do processo de conversão e reconciliação dos pecadores no Antigo Testamento e no judaísmo extrabíblico. Em seguida, vem a abordagem mais demorada do tema no Novo Testamento sob dois enfoques: a atitude e o encontro de Jesus com os pecadores, a conversão e a reconciliação dos pecadores batizados na Igreja apostólica. A possibilidade do perdão para os cristãos caídos em pecado e o modo de agir da Igreja para com eles podem sem melhor compreendidos com a ajuda dos escritos paulinos, de outros textos do Novo Testamento (1Jo 5,16; Tg 5,16...) e com uma visão mais clara da relação entre eucaristia e perdão dos pecados. Um outro assunto

de importância é o poder de perdoar concedido por Jesus e a extensão desse poder. O livro sintetiza bastante bem a discussão em torno do poder de ligar e desligar (Mt 16,18-19; 18,18), de perdoar e de não perdoar os pecados (Jo 20,21-23). Aparecem ainda outros assuntos como a blasfêmia contra o Espírito Santo (Mt 12,31-32; Mc 3,28-29; Lc 12,10) e “o pecado que conduz à morte” (1Jo 5,16). Entre as conclusões dessa parte destaco a seguinte: ainda continua teologicamente aberta a relação entre sacerdócio comum dos fiéis e sacerdócio ministerial em ordem ao exercício da práxis penitencial. Um outro ponto necessitado de aprofundamento é a relação entre o sacramento da penitência e a Ceia do Senhor.

A terceira parte sintetiza a história do sacramento da penitência. Observa o autor: “Como para os outros sacramentos, a sistematização teológica ‘tradicional’ do sacramento da penitência foi elaborada bastante tarde, precisamente quando, pelos fins do século XII e, especialmente durante o século XIII, a confissão ‘privada’ ou individual já se tornara a forma principal, senão a única, da penitência oficial da Igreja. Mas a realidade viva do sacramento da penitência teve uma história anterior rica e diferente” (p. 161).

Essa história começa com a penitência eclesiástica, ainda hoje objeto de discussão entre os estudiosos e que

perdurou até o século VI, quando entrou a penitência tarifada. A cada tipo de pecado correspondia determinada penitência, de acordo com tarifas previamente estabelecidas. O confessor impunha a penitência de acordo com elas. A prática da penitência tarifada conduziu a uma série de abusos. Por exemplo: um rico podia pagar um “preço justo” a um monge ou a um pobre, a fim de que cumprisse a penitência em seu lugar. Tentou-se restaurar a prática antiga, mas não deu certo. Paulatinamente entrou em vigor a práxis medieval com suas três formas: penitência pública solene, penitência privada sacramental, peregrinação penitencial. Data da Idade Média a elaboração teológica do sacramento da penitência. Foram então estudados temas como a estrutura do sinal sacramental, a reconciliação com a Igreja, a necessidade e o ministro do sacramento. Uma prática que esteve em vigor entre os séculos VIII-XIV e que certamente necessita de aprofundamento, tendo-se agora presente o desenvolvimento da teologia do laicato, é o da *confissão aos leigos*. A doutrina de Tomás de Aquino merece um destaque pela articulação entre o primado do amor a Deus e ao próximo, a dimensão eclesial e a visibilidade sacramental da penitência.

No século XVI, a Reforma questionou diversos pontos de doutrina, dentre eles a confissão como ver-

dadeiro sacramento, a fé na absolvição, a liberdade e a utilidade da confissão. Lutero e Calvino divergem em relação à penitência como sacramento, sendo a posição de Lutero mais próxima da doutrina católica. Ambos, no entanto, reconhecem o valor da confissão privada que, aliás, volta a ser valorizada em grupos protestantes. Por outro lado, os católicos têm muitas coisas a aprender com a práxis e a teologia protestantes em torno da confissão.

O ensino do concílio de Trento sobre a confissão recebe atenção especial. Afinal de contas, ele foi determinante para a vida da Igreja nos últimos séculos. Para um correto entendimento do Tridentino devemos ter presente as regras de interpretação metodológica dos documentos do magistério. Além disso, é preciso estar atentos a dificuldades como o autêntico significado dos “*anathema sit*” e a interpretação nem sempre fiel da doutrina dos reformadores. Dados esses pressupostos vem a análise de uma série de problemas, dos quais destaco alguns: a existência do sacramento da penitência, sua estrutura e seu efeito, a confissão, o ministro do sacramento e a absolvição, penitência e eucaristia. Essa parte termina com um capítulo sobre o sacramento da penitência na pastoral e na teologia pós-tridentina, e um adendo relativo à penitência entre os orientais.

A quarta parte trata do sacra-

mento da penitência na Igreja hodierna. Depois de algumas conclusões críticas sobre a história e a teologia da disciplina penitencial, encontramos uma extensa abordagem teológica do sacramento da penitência, encarado sob diversos prismas: o sacramento da penitência como evento pascal, a dimensão eclesial, litúrgica e pessoal do sacramento, seu lugar na economia sacramentária e sua relação com outros sacramentos, algumas conclusões teológico-pastorais. Destaco dentre elas as de maior incidência pastoral: a conversão, elemento decisivo da penitência e dimensão própria da vida cristã, o problema da obrigatoriedade da confissão, os valores e os limites da confissão individual, a dificuldade de se vivenciar nessa forma a dimensão eclesial e litúrgica do sacramento, a celebração comunitária, as três tendências no modo de entender a relação entre eucaristia e penitência, o sacramento da penitência e as crianças.

O primeiro apêndice é o documento *Pastoral da Penitência* referendado pela XV Assembléia Geral da

CNBB, em 1977. O segundo, da autoria de José Maria Frutuoso Braga, retoma os assuntos mais significativos da obra na tentativa de dar-lhes um enfoque mais próximo de nossa realidade. O terceiro, escrito por Carlos Collo, estuda o *Rito da Penitência (Ordo Paenitentiae)* em vigor desde 1973. O autor introduz o texto oficial, faz observações sobre as riquezas e empobrecimentos nele presentes, aponta para o futuro do sacramento da penitência.

Aqui está um livro indispensável para professores e estudantes de teologia, mas também para os pastores. É bom que a leitura não se restrinja ao texto, mas se estenda às notas e à vasta bibliografia. A pastoral penitencial conhece limitações, dificuldades, desafios e impasses. O *Documento de Aparecida* exorta à criatividade pastoral. A renovação do sacramento da penitência está a exigir empenho e criatividade de pastores, teólogos e fiéis, a fim de que ele possa ser celebrado segundo seu autêntico significado em relação à Trindade, a Jesus Cristo, à Igreja e ao fiel.

Antônio Alves de Melo

Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana (Roma)
Professor de Teologia no Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI – Nova Iguaçu, RJ
E-mail: antomelo2006@uol.com.br

Endereço para correspondência
Instituto de Filosofia e de Teologia Paulo VI
Rua Bolívia, 309
Metrópole
26215-250 Nova Iguaçu - RJ